



PARANÁ - PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ

Técnico Administrativo

EDITAL DE ABERTURA Nº 096/2023

CÓD: SL-085JH-23
7908433237808

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Percepção e compreensão da finalidade de textos de diferentes gêneros;.....	10
3. localização de informações explícitas no texto	11
4. Inferência de efeitos de sentido de palavras e expressões. Inferência de efeitos de sentido na textualidade.....	11
5. Emprego das classes das palavras.....	12
6. Concordância e regência verbal e nominal.....	20
7. Ortografia.....	24
8. Pontuação.....	25
9. Preposição	27
10. Acentuação gráfica.....	27
11. Conjunções; pronomes.....	28
12. Conjugação verbal.....	28
13. Redação oficial: impessoalidade, linguagem dos atos e comunicações oficiais, formalidade e padronização; concisão e clareza, emprego dos pronomes de tratamento	30

Raciocínio Lógico e Matemática

1. Conjuntos.Múltiplos e Divisores. Potenciação e Radiciação. Números fracionários e decimais. Problemas envolvendo adição, subtração, multiplicação, e divisão de números naturais e decimais.....	45
2. Pesos e medidas.	50
3. Razão e proporção. Regra de três simples	54
4. Porcentagens	56
5. Juros simples.....	57
6. Perímetro e área de figuras geométricas planas.....	58
7. Funções e gráficos.....	60
8. Análise e interpretação de gráficos e tabelas	63
9. Equações de primeiro grau. Sistemas de equações com duas variáveis.....	65

Conhecimentos Gerais/Legislação

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas.....	71
2. Tópicos da História e da Geografia do Paraná com ênfase ao Oeste e Sudoeste do Paraná.....	71
3. Conhecimentos de História e Geografia do sobre o Oeste e Sudoeste do Paraná e fenômenos geográficos sobre o município, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia das cidades sedes de cada Campus da UNIOESTE.....	73
4. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal	75
5. Estatuto do Idoso.....	75
6. Estatuto da Criança e do Adolescente	86
7. Estatuto e Regimento da UNIOESTE.	126

Conhecimentos Específicos

1. Noções básicas de administração pública.....	155
2. Conhecimentos básicos de arquivos. Protocolo. Serviços e rotinas administrativas e de protocolo: recebimento, expedição e arquivo. Classificação dos documentos e correspondências e destinação adequada. Gestão de documentos recebidos e expedidos. Protocolo e arquivos. Organização de documentos e arquivos. Organização, classificação e atualização do acervo, arquivos, fichários, livros e publicações. Gestão de documentos e métodos de arquivamento. Cadastro de documentos, registros em geral, preenchimento de fichas e formulários	159
3. Almoxarifado. Guarda e conservação de materiais sob sua responsabilidade	170
4. Redação oficial: características e tipos. Noções básicas de documentos oficiais tais como: portarias, decretos, ofícios, editais	194
5. Elaboração e digitação de cartas, atas, textos, ofícios circulares, memorandos, tabelas e gráficos.....	205
6. Relações humanas e interpessoais	206
7. Comunicação e expressão. Comunicação interna.....	212
8. Desenvolvimento organizacional	218
9. Noções básicas de atendimento ao público – postura e atendimento ao público. Qualidade no atendimento ao público.....	221
10. Controle de entrada e saída de pessoas no ambiente de trabalho	226
11. Noções de telefonia	227
12. A imagem da Instituição, a imagem profissional, sigilo e postura	231
13. Controle dos processos internos e externos.....	232
14. Atos administrativos	234
15. Processos Administrativos: constituição, autuação e tramitação	238
16. Correspondência.....	246
17. Instalação e desinstalação de equipamentos de áudio, vídeos e acessórios.....	247
18. Operar equipamentos diversos no setor – computador, multimídia, fotocopadoras e outros.....	247

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

Conjunto dos Números Reais (R)

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

- $R^* = \{x \in R \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $R^+ = \{x \in R \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $R^{*+} = \{x \in R \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $R^- = \{x \in R \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $R^{*-} = \{x \in R \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

PROBLEMAS COM AS QUATRO OPERAÇÕES

Os cálculos desse tipo de problemas, envolvem adições e subtrações, posteriormente as multiplicações e divisões. Depois os problemas são resolvidos com a utilização dos fundamentos algébricos, isto é, criamos equações matemáticas com valores desconhecidos (letras). Observe algumas situações que podem ser descritas com utilização da álgebra.

É bom ter mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x $2x$

O triplo de um número $3x$

O dobro de um número adicionado de 4 $2x+4$

Um número adicionado de seu triplo $x+3x$

O quádruplo de a subtraído do sêxtuplo de y $4a-6y$

Exemplos:

(PREF. GUARUJÁ/SP – SEDUC – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – CAIPIMES) Sobre 4 amigos, sabe-se que Clodoaldo é 5 centímetros mais alto que Mônica e 10 centímetros mais baixo que Andreia. Sabe-se também que Andreia é 3 centímetros mais alta que Doralice e que Doralice não é mais baixa que Clodoaldo. Se Doralice tem 1,70 metros, então é verdade que Mônica tem, de altura:

- (A) 1,52 metros.
- (B) 1,58 metros.
- (C) 1,54 metros.
- (D) 1,56 metros.

Resolução:

Escrevendo em forma de equações, temos:

- $C = M + 0,05$ (I)
- $C = A - 0,10$ (II)
- $A = D + 0,03$ (III)
- D não é mais baixa que C
- Se $D = 1,70$, então:
- (III) $A = 1,70 + 0,03 = 1,73$
- (II) $C = 1,73 - 0,10 = 1,63$
- (I) $1,63 = M + 0,05$
- $M = 1,63 - 0,05 = 1,58$ m

Resposta: B

(CEFET – AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO – CESGRANRIO) Em três meses, Fernando depositou, ao todo, R\$ 1.176,00 em sua caderneta de poupança. Se, no segundo mês, ele depositou R\$ 126,00 a mais do que no primeiro e, no terceiro mês, R\$ 48,00 a menos do que no segundo, qual foi o valor depositado no segundo mês?

- (A) R\$ 498,00
- (B) R\$ 450,00
- (C) R\$ 402,00
- (D) R\$ 334,00
- (E) R\$ 324,00

Resolução:

Primeiro mês = x
 Segundo mês = $x + 126$
 Terceiro mês = $x + 126 - 48 = x + 78$
 Total = $x + x + 126 + x + 78 = 1176$
 $3.x = 1176 - 204$
 $x = 972 / 3$
 $x = R\$ 324,00$ (1º mês)
 * No 2º mês: $324 + 126 = R\$ 450,00$

Resposta: B

(PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO/SP – AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO – VUNESP) Uma loja de materiais elétricos testou um lote com 360 lâmpadas e constatou que a razão entre o número de lâmpadas queimadas e o número de lâmpadas boas era $2 / 7$. Sabendo-se que, acidentalmente, 10 lâmpadas boas quebraram e que lâmpadas queimadas ou quebradas não podem ser vendidas, então a razão entre o número de lâmpadas que não podem ser vendidas e o número de lâmpadas boas passou a ser de

- (A) $1 / 4$.
- (B) $1 / 3$.
- (C) $2 / 5$.
- (D) $1 / 2$.
- (E) $2 / 3$.

Resolução:

Chamemos o número de lâmpadas queimadas de (Q) e o número de lâmpadas boas de (B). Assim:

$B + Q = 360$, ou seja, $B = 360 - Q$ (I)

$$\frac{Q}{B} = \frac{2}{7}, \text{ OU SEJA, } 7.Q = 2.B \text{ (II)}$$

Substituindo a equação (I) na equação (II), temos:

$7.Q = 2. (360 - Q)$
 $7.Q = 720 - 2.Q$
 $7.Q + 2.Q = 720$
 $9.Q = 720$
 $Q = 720 / 9$
 $Q = 80$ (queimadas)
 Como 10 lâmpadas boas quebraram, temos:
 $Q' = 80 + 10 = 90$ e $B' = 360 - 90 = 270$

$$\frac{Q'}{B'} = \frac{90}{270} = \frac{1}{3} \text{ (: } 9 / 9)$$

Resposta: B

— História do Paraná

A história do Paraná é uma tapeçaria rica e complexa, entrelaçada com a história do Brasil e da América do Sul como um todo. Para entender completamente o Paraná de hoje, é essencial olhar para o passado e explorar os eventos e as pessoas que moldaram o estado.

- Período pré-colonial e indígena

Antes da chegada dos europeus, o território que hoje conhecemos como Paraná era habitado por diversos grupos indígenas. As tribos Guarani, Kaingang e Xetá são apenas algumas das culturas indígenas que deixaram sua marca na região. Eles desenvolveram complexas sociedades e modos de vida, adaptados ao ambiente natural do Paraná.

- Colonização e exploração

A chegada dos europeus no século XVI marcou o início de uma nova era na história do Paraná. Os primeiros exploradores portugueses foram atraídos pela promessa de riquezas naturais, como o pau-brasil e o ouro. No entanto, a colonização efetiva do Paraná só começou no século XVII, com a exploração do ouro e a expansão da pecuária.

- Desenvolvimento econômico e político

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o Paraná experimentou um rápido desenvolvimento econômico e político. A economia do estado se diversificou, com a expansão da agricultura, da pecuária e, mais tarde, da indústria. Em 1853, o Paraná foi oficialmente reconhecido como uma província independente, marcando um importante marco na sua história política.

A história do Paraná é uma história de transformação e crescimento, marcada por desafios e triunfos. Ao explorar essa história, podemos começar a entender as forças que moldaram o Paraná e continuarão a influenciar o seu futuro.

— Geografia do Paraná

A geografia do Paraná é tão diversa quanto a sua história. Com uma variedade de paisagens que vão desde as praias do litoral até as florestas do interior, o Paraná é um estado de contrastes geográficos. Essa diversidade geográfica tem desempenhado um papel fundamental na formação da economia, cultura e história do estado.

- Características geográficas gerais

O Paraná é o sexto maior estado do Brasil em termos de área e está localizado na região Sul do país. É delimitado pelos estados de São Paulo ao norte, Santa Catarina ao sul, Mato Grosso do Sul a oeste, e pelo Oceano Atlântico a leste. O estado é caracterizado por uma variedade de paisagens, incluindo planaltos, planícies costeiras e áreas montanhosas.

- Clima e vegetação

O clima do Paraná varia de subtropical no norte a temperado no sul, com uma média anual de temperatura entre 15°C e 24°C. A vegetação é igualmente diversificada, variando de florestas tropicais na região costeira a campos de altitude no interior.

- Recursos naturais e economia

A rica diversidade geográfica do Paraná tem contribuído para uma economia diversificada. O estado é um importante produtor de grãos, como soja e milho, e também tem uma indústria de carne

bovina significativa. Além disso, o Paraná é rico em recursos minerais, incluindo petróleo, gás natural e diversos tipos de minerais industriais.

A geografia do Paraná é uma tapeçaria complexa de paisagens, climas e ecossistemas. Ao explorar essa diversidade, podemos começar a entender como a geografia do estado tem moldado a sua história, cultura e economia.

— O Oeste e Sudoeste do Paraná

As regiões do Oeste e Sudoeste do Paraná são áreas de grande importância para o estado, tanto em termos de história quanto de geografia. Essas regiões têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do Paraná e continuam a ser centros vitais de atividade econômica e cultural.

- História do Oeste e Sudoeste do Paraná

A história do Oeste e Sudoeste do Paraná é marcada pela colonização e desenvolvimento. Essas regiões foram algumas das últimas a serem colonizadas no estado, com a chegada de migrantes do Sul do Brasil e de outros países, como Alemanha, Itália e Japão, no século XX. Essa mistura de culturas contribuiu para a rica diversidade cultural que caracteriza o Oeste e Sudoeste do Paraná hoje.

- Geografia do Oeste e Sudoeste do Paraná

Geograficamente, o Oeste e Sudoeste do Paraná são caracterizados por planaltos e vales férteis, ideais para a agricultura. Essas regiões são conhecidas pela produção de grãos, especialmente soja e milho, e também por sua significativa produção pecuária. Além disso, o Oeste do Paraná abriga o Parque Nacional do Iguazu, um dos mais importantes patrimônios naturais do Brasil.

A compreensão da história e geografia do Oeste e Sudoeste do Paraná é fundamental para entender a dinâmica do estado como um todo. Essas regiões, com sua rica história e geografia diversificada, desempenham um papel crucial na economia, cultura e identidade do Paraná.

— Impacto Histórico e Geográfico no Paraná Atual

A história e a geografia do Paraná, especialmente as regiões do Oeste e Sudoeste, tiveram um impacto significativo na formação do estado como o conhecemos hoje. A interação entre as pessoas e o ambiente ao longo da história moldou a cultura, a economia e a sociedade do Paraná.

- Como a história e geografia moldaram o Paraná atual

A história do Paraná, desde a época dos primeiros habitantes indígenas até a colonização europeia e o desenvolvimento subsequente, deixou uma marca indelével no estado. As tradições culturais, a organização social e a economia do Paraná foram todas influenciadas por sua história.

Da mesma forma, a geografia do Paraná desempenhou um papel crucial na formação do estado. A diversidade de paisagens, desde as praias do litoral até as florestas e planaltos do interior, influenciou a distribuição da população, o desenvolvimento econômico e a cultura do estado.

- Desafios e oportunidades atuais

Hoje, o Paraná enfrenta uma série de desafios e oportunidades que são, em muitos aspectos, o resultado de sua história e geografia. Questões como a gestão dos recursos naturais, a preservação da

“Os princípios básicos da administração pública estão substancialmente em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: *legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público.*”

Os cinco primeiros estão expressamente previstos no art. 37, *caput*, da CF de 1988; e os demais, embora não mencionados, decorrem do nosso regime político, tanto que, ao daqueles, foram textualmente enumerados pelo art. 2º da Lei federal 9.784, de 29/01/1999.”

Destarte, os princípios constitucionais da administração pública, como tão bem exposto, vêm expressos no art. 37 da Constituição Federal, e como já afirmado, retoma aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, que serão tratados com mais ênfase *a posteriori*. Em consonância, Di Pietro conclui que a Constituição de 1988 inovou ao trazer expresso em seu texto alguns princípios constitucionais. O *caput* do art. 37 afirma que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

LEGALIDADE

O princípio da legalidade, que é uma das principais garantias de direitos individuais, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei, esse princípio ganha tanta relevância pelo fato de não proteger o cidadão de vários abusos emanados de agentes do poder público. Diante do exposto, Meirelles (2000, p. 82) defende que:

“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “poder fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.”

Deste modo, este princípio, além de passar muita segurança jurídica ao indivíduo, limita o poder do Estado, ocasionando assim, uma organização da Administração Pública. Como já afirmado, anteriormente, este princípio além de previsto no *caput* do art. 37, vem devidamente expresso no rol de Direitos e Garantias Individuais, no art. 5º, II, que afirma que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. Em conclusão ao exposto, Mello (1994, p.48) completa:

“Assim, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Este deve tão-somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no direito Brasileiro.”

No mais, fica claro que a legalidade é um dos requisitos necessários na Administração Pública, e como já dito, um princípio que gera segurança jurídica aos cidadãos e limita o poder dos agentes da Administração Pública.

MORALIDADE

Tendo por base a “boa administração”, este princípio relaciona-se com as decisões legais tomadas pelo agente de administração pública, acompanhado, também, pela honestidade. Corroborando com o tema, Meirelles (2000, p. 84) afirma:

“É certo que a *moralidade* do ato administrativo juntamente a sua *legalidade e finalidade*, além de sua adequação aos *demais princípios* constituem pressupostos de validade sem os quais toda atividade pública será ilegítima”.

Assim fica claro, a importância da moralidade na Administração Pública. Um agente administrativo ético que usa da moral e da honestidade, consegue realizar uma boa administração, consegue discernir a licitude e ilicitude de alguns atos, além do justo e injusto de determinadas ações, podendo garantir um bom trabalho.

IMPESSOALIDADE

Um princípio ainda um pouco conturbado na doutrina, mas, a maioria, dos doutrinadores, relaciona este princípio com a finalidade, ou seja, impõe ao administrador público que só pratique os atos em seu fim legal, Mello (1994, p.58) sustenta que esse princípio “se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimetosas”.

Para a garantia deste princípio, o texto constitucional completa que para a entrada em cargo público é necessário a aprovação em concurso público.

RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

É um princípio que é implícito da Constituição Federal brasileira, mas que é explícito em algumas outras leis, como na paulista, e que vem ganhando muito força, como afirma Meirelles (2000). É mais uma tentativa de limitação ao poder público, como afirma Di Pietro (1999, p. 72):

“Trata-se de um princípio aplicado ao direito administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito de apreciações do ato administrativo pelo Poder Judiciário.”

Esse princípio é acoplado a outro que é o da proporcionalidade, pois, como afirma Di Pietro (1999, p. 72), “a proporcionalidade dever ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive”.

PUBLICIDADE

Para que os atos sejam conhecidos externamente, ou seja, na sociedade, é necessário que eles sejam publicados e divulgados, e assim possam iniciar a ter seus efeitos, auferindo eficácia ao termo exposto. Além disso, relaciona-se com o Direito da Informação, que está no rol de Direitos e Garantias Fundamentais. Di Pietro (1999, p.67) demonstra que:

“O inciso XIII estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.”

Como demonstrado acima, é necessário que os atos e decisões tomados sejam devidamente publicados para o conhecimento de todos, o sigilo só é permitido em casos de segurança nacional. “A publicidade, como princípio da administração pública, abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes” (MEIRELLES, 2000, p.89). Busca-se deste